



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 100,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: (Imprensa).	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

### SUMÁRIO

#### Ministério das Finanças

**Despacho n.º 1451/14:**

Autoriza a constituição da Sociedade Seguradora «Prefira Seguros, S.A.».

**Despacho n.º 1452/14:**

Autoriza a constituição da Sociedade Seguradora «SENTRUST — Companhia de Seguros, S.A.».

#### Ministério da Cultura

**Despacho n.º 1453/14:**

Subdelega competência a Luzia Júlio João, Secretária Geral deste Ministério, para assinar a Adenda do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura n.º AT.27.13 «Investigadores MINCULT» entre este Ministério e a Corporation Antex, S.A., no valor em Kwanzas equivalente a USD 1.368.000,00.

**Despacho n.º 1454/14:**

Subdelega competência a Luzia Júlio João, Secretária Geral deste Ministério, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços entre este Ministério e o artista plástico angolano Christopher Douglas Hawkis Masters, no valor de Kz: 1.000.000,00.

**Despacho n.º 1455/14:**

Homologa o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura n.º AT.27.13 «Investigadores MINCULT» entre este Ministério e a Corporation Antex, S.A., no valor em Kwanzas equivalente em USD 1.368.000,00.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Despacho n.º 1451/14**  
de 8 de Julho

Considerando que estão satisfeitas as condições e critérios para a prévia autorização da constituição de uma seguradora, previstos na Lei n.º 1/00 — Geral da Actividade Seguradora, de 3 de Fevereiro, nomeadamente no seu n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 22.º, bem como as demais condições exigíveis no artigo 1.º do Decreto Executivo n.º 5/03, de 24 de Junho, sobre as regras e procedimentos dos pedidos de autorização;

Considerando as condições legalmente fixadas para o funcionamento das seguradoras, no âmbito do Regime Especial de Co-Seguro, nomeadamente no n.º 4 do artigo 40.º da supracitada Lei n.º 1/00 e no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, sobre o Resseguro e Co-Seguro;

Considerando o Regime Especial de Investimento, previsto no artigo 4.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 1/00, Geral da Actividade Seguradora, determino:

1. É autorizada a constituição da Sociedade Seguradora «Prefira Seguros, S.A.», a qual deve processar-se até ao Registo Especial na Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros para poder iniciar a sua actividade, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 1/00 — Geral da Actividade Seguradora e do artigo 3.º do Decreto Executivo n.º 5/03.

2. A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros remeterá à Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) os elementos requeridos do presente Projecto de Investimento, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 20/11, do Investimento Privado, acompanhados do presente Despacho publicado, o qual é título bastante para que os subscritores do Projecto implementem todas as acções legais junto das instituições e organismos oficiais, com vista a constituição efectiva da seguradora.

3. Ao abrigo do artigo 2.º do Decreto Executivo n.º 74/07, de 29 de Junho, e com referência ao Resseguro e ao Co-Seguro, esta seguradora apenas participa do Regime Especial de Co-Seguro após a apresentação do primeiro relatório e contas do exercício anual completo, com a demonstração de que os critérios de solvabilidade estão satisfeitos.

4. Ao abrigo do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, conjugado com a Resolução n.º 10/91, da Assembleia Nacional, de 18 de Maio, que aprova o «Acordo Constitutivo da Sociedade Africana de Resseguros», AFRICA-RE., é obrigatória a cedência da percentagem fixada no âmbito das responsabilidades de resseguro à referida Resseguradora Africana.

5. As dúvidas e omissões emergentes da aplicação e interpretação deste Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças, ouvida a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 1452/14**  
de 8 de Julho

Considerando que estão satisfeitas as condições e critérios para a prévia autorização da constituição de uma seguradora, previstos na Lei n.º 1/00 — Geral da Actividade Seguradora, de 3 de Fevereiro, nomeadamente no seu n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 22.º, bem como as demais condições exigíveis no artigo 1.º do Decreto Executivo n.º 5/03, de 24 de Junho, sobre as regras e procedimentos dos pedidos de autorização;

Considerando as condições legalmente fixadas para o funcionamento das seguradoras, no âmbito do Regime Especial de Co-Seguro, nomeadamente no n.º 4 do artigo 40.º da supracitada Lei n.º 1/00 e no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, sobre o Resseguro e Co-Seguro;

Considerando o Regime Especial de Investimento, previsto no artigo 4.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 1/00, Geral da Actividade Seguradora, determino:

1. É autorizada a constituição da Sociedade Seguros «SENTRUST — Companhia de Seguros, S.A.», a qual se processar-se até ao Registo Especial na Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros para poder iniciar a sua actividade, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 1/00, Geral da Actividade Seguradora e do artigo 3.º do Decreto Executivo n.º 5/03.

2. A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros remeterá à Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) os elementos requeridos do presente Projecto de Investimento, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 20/11, do Investimento Privado, acompanhados do presente Despacho publicado, o qual é título bastante para que os subscritores do Projecto implementem todas as acções legais junto das instituições e organismos oficiais, com a constituição efectiva da seguradora.

3. Ao abrigo do artigo 2.º do Decreto Executivo n.º 74/07, de 29 de Junho, e com referência ao Resseguro e ao Co-Seguro, esta seguradora apenas participa do Regime Especial de Co-Seguro após a apresentação do primeiro relatório e contas do exercício anual completo, com a demonstração de que os critérios de solvabilidade estão satisfeitos.

4. Ao abrigo do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, conjugado com a Resolução n.º 10/91 da Assembleia Nacional, de 18 de Maio, que aprova o «Acordo Constitutivo da Sociedade Africana de Resseguros», AFRICA-RE., é obrigatória a cedência da percentagem fixada no âmbito das responsabilidades de resseguro à referida Resseguradora Africana.

5. As dúvidas e omissões emergentes da aplicação e interpretação deste Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças, ouvida a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

**Despacho n.º 1453/14**  
de 8 de Julho

Convindo autorizar a celebração da Adenda do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura entre o Ministério da Cultura e a Corporação Antex, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com

artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Subdelegação)

É subdelegada competência à Secretária Geral do Ministério da Cultura, Luzia Júlio João, para assinar a Adenda do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura n.º AT.27.13 «Investigadores MINCULT» entre o Ministério da Cultura e a Corporation Antex, S.A., no valor em Kwanzas equivalente a USD 1.368.000,00 (um milhão trezentos e sessenta e oito mil dólares norte-americanos).

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra da Cultura.

**ARTIGO 3.º**  
(Entrada em vigor)

Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1454/14**  
de 8 de Julho

Havendo necessidade de autorizar a assinatura do Contrato de Execução de Prestação de Serviços para a Elaboração do Desenho Final da Logomarca do FENACULT, de acordo com o relatório final do Concurso Público Limitado sem Apresentação de Candidaturas;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Autorização)

É subdelegada competência à Secretária Geral do Ministério da Cultura, Luzia Júlio João, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços entre o Ministério da Cultura e o artista plástico

angolano Christopher Douglas Hawkis Masters, no valor de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas).

**ARTIGO 2.º**  
(Entrada em vigor)

Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 20 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1455/14**  
de 8 de Julho

Convindo homologar a celebração da Adenda ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura entre o Ministério da Cultura e a Corporation Antex, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Homologação)

É homologado o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais no Sector da Cultura n.º AT.27.13 «Investigadores MINCULT», celebrado no dia 13 de Junho de 2014, entre o Ministério da Cultura e a Corporation Antex, S.A., no valor em Kwanzas equivalente em USD 1.368.000,00 (um milhão trezentos e sessenta e oito mil dólares norte-americanos).

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra da Cultura.

**ARTIGO 3.º**  
(Entrada em vigor)

Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.